

CRONOLOGIA DO ORÇAMENTAÇÃO EM DIVERSOS PAÍSES E NO BRASIL

| INGLATERRA | |
|--|--|
| Referência cronológica | Fato/Ocorrência |
| 1217, Constituição Rei João Sem Terra | Exigência de que tributos devam ser aprovados pelo Conselho (resultado da pressão dos Barões por menos tributos). Embrião do Orçamento. |
| 1688, Revolução Gloriosa | “Bill of Rights” (separação entre finanças do Reino e da Coroa). |
| 1787 | Lei do Fundo Consolidado. |
| 1802 | Publicação do Relatório das Finanças. |
| 1822 | Chanceler do Erário apresenta proposta com receita e despesa ao Parlamento: início do Orçamento. |
| Século XIX | Aperfeiçoamento e difusão para outros países. |
| FRANÇA | |
| 1789 | Princípio do consentimento popular ao imposto. |
| Napoleão | Desrespeito ao princípio do consentimento popular ao imposto. |
| Restauração | Assembléia Nacional participa do processo orçamentário. |
| 1815 | Lei financeira anual. |
| 1831 | Completo controle parlamentar sobre o Orçamento. Consagração dos princípios da anualidade, votação antes do exercício, universalidade e não-afetação das receitas. |
| EUA | |
| Revolução pela Independência | Contrariedade com impostos ingleses. |
| 1os. anos da República | Pouco nítida a separação entre Executivo e Legislativo. |
| A partir de 1802 | Câmara dos Representantes nomeia Comissão de Meios e Recursos. Secretário do Tesouro apresenta Relatório Anual ao Congresso. |
| A partir de 1865 | Comissão de Meios divide poder com outras comissões que interferem no |

| | |
|-----------------------------|---|
| | Orçamento. |
| A partir de 1885 | Desorganização das finanças. |
| 1899 | Liga Municipal Nacional coloca Orçamento sob controle do Prefeito. |
| 1910 | Criada Comissão de Economia e Eficiência para modernização da administração pública. Governador do Estado de Ohio passa a elaborar o Orçamento. |
| 1912 | Novo Orçamento Nacional, sob crítica do Congresso e da opinião pública, por medo de intervencionismo. |
| 1919 | Nova Comissão de Economia e Eficiência. |
| 1920 | Estados passam a elaborar o Orçamento. |
| 1921 | Lei de Orçamento e Contabilidade. |
| 1930 | Departamento de Agricultura e Adm. do Vale do Tennessee adotam classificação por programas e projetos. |
| II Guerra | Departamentos militares usam Orçamento por Programas. |
| 1949 | Comissão Hoover. |
| 1950 | Lei de Processo do Orçamento e da Contabilidade. |
| 1955 | 2ª. Comissão Hoover. |
| 1965 | Johnson Rand Corporation cria o PPBS. |
| 1970 | Nixon desobriga a adoção do PPBS. |
| 1973 | Jimmy Carter patrocina o Orçamento Base Zero, da Texas Instruments, na Geórgia. |
| 1974 | Lei de Orçamento e Retenção de Recursos do Congresso: maior poder do Congresso sobre o Orçamento. |
| Décadas de 1980 para diante | Vários esforços de reforma |

| BRASIL | |
|---------------------------------------|---|
| Referência cronológica | Fato/Ocorrência |
| Inconfidência Mineira | Descontentamento frente às imposições tributárias de Portugal. |
| 1808, vinda da Família Real ao Brasil | Início da organização das finanças, frente ao maior volume de tributos aduaneiros. Criação do Erário Público. |
| 1824, Constituição Imperial | Exigência de Orçamento, que enfrentou dificuldades. Dispositivo avançado, porém frustrado. |
| 14/12/1827 | 1ª. Lei de Orçamento, que enfrentou dificuldades. |
| 15/12/1830 | 1º. Orçamento efetivo. |
| 12/08/1834 | Fixada responsabilidade das Assembléias Legislativas Provinciais sobre o Orçamento. |
| 1891, 1ª. Constituição Republicana | Estabelecidas as funções dos Poderes frente ao Orçamento. Criação dos Tribunais de Contas. Legislativo tinha prerrogativas para elaborar o Orçamento, mas o Executivo é que efetivamente tomava a providência. [Orçamento de tipo legislativo]. |
| 1922 | Código de Contabilidade da União, tido como uma conquista técnica: exige que o Executivo forneça base técnica para que Legislativo faça o Orçamento. |
| 1932 | Consolidação da dívida externa: constata-se que há diferentes nomenclaturas e títulos no tratamento do Orçamento e da Contabilidade Públicos. |
| 1934, Constituição | Destaque para o Orçamento. Atribuição do Presidente da República, sendo que Legislativo vota e fiscaliza. [Orçamento de tipo misto]. |
| 1937, Constituição | Prevê participação do Legislativo, mas o Presidente tudo centraliza. Estado centralizado. [Orçamento de tipo administrativo]. |
| 1938 | Conferência dos Secretários Estaduais de Fazenda: padronização de normas e classificação pelo CTEF/MF - Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. |
| 1939 | 1ª. Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários: projeto do CTEF/MF. Governo decreta obrigatoriedade somente para Estados e Municípios (Decreto-Lei 1.804, de 24/11/1939). |
| 1939 | Estado Novo põe fim à autonomia municipal e estadual. Conselho |

| | |
|--|--|
| | Administrativo passa a aprovar os Orçamentos dessas esferas. |
| 1940 | 2ª. 1ª. Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários. Nova consolidação (Decreto-Lei 2.416, de 17/07/1940). |
| 1946, Constituição | Redemocratização. Legislativo passa a poder emendar o Orçamento. [Orçamento de tipo misto] |
| 1949 | 3ª. 1ª. Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários: extensão das normas à União através de projeto aprovado na Câmara dos Deputados, encaminhado ao Senado em 1952. |
| 1957 | FGV/DASP: nova versão das normas, que se fundiu com outras da 3ª. Conferência de 1949. |
| 1961 | Projeto FGV/DASP/3ª. Conferência apresentado pela CEPA - Comissão de Estudos e Projetos Administrativos como projeto-de-lei, foi abandonado. |
| 1964 | Lei 4.320, de 17/03/1964, ainda em vigor. Obriga a todos os entes da Federação. |
| 1964, autoritarismo | Redução da competência do Legislativo. |
| 1967, Constituição 1969, Emenda N.1 | Novas regras centralizadoras. Retiradas as prerrogativas legislativas. |
| 1981 | Decreto-Lei 1875 desobriga Municípios com menos de 50.000 habitantes a elaborar Orçamento-Programa. |
| 1988, Constituição | Orçamento merece destaque. Prerrogativas legislativas devolvidas. Criada a Lei de Diretrizes Orçamentárias. |
| 1988 | Restabelecimento da padronização (Lei 7.675). Constituição prevê Lei Complementar em substituição à 4.320/64. |
| 2000 | Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) |
| 2009 | Lei da Transparência (LC 131/09) |

| Experiência brasileira de planejamento | | |
|---|---|--|
| Período | Plano | Características |
| 1939 | Plano Quinquenal de Obras e Reparcelhamento da Defesa Nacional (Vargas) | Era uma simples lista de investimentos. Não foi implementado na totalidade. |
| 1942 | | Missão Cooke propõe criação de um órgão central de planejamento. |
| 1943 | Plano de Obras e Equipamentos (Vargas) | Quinquenal, durou dois anos (queda de Vargas). Visava melhorar a infra-estrutura e criação de indústrias básicas. |
| 1946-47 | Plano Salte | Visava melhorias na saúde, alimentação, transporte e energia. Razoavelmente cumprido somente em 1949-50 (tendo sido concebido para 1950-54 e aprovado pelo Congresso Nacional em 1949) |
| 1948 | | Missão Abriank propõe programas e políticas liberalizantes. |
| 1951 | Plano de Reparcelhamento e Fomento à Economia Nacional (Vargas) | Paralelo ao Salte |
| 1952 | | Criação do BNDES |
| 1951-53 | | Comissão Mista Brasil-EUA para o Desenvolvimento Econômico: projetos públicos |
| 1956-60 | Programa de Metas (Juscelino) | Era uma reunião de programas setoriais, com 30 metas nas áreas de energia, transportes, alimentação, indústrias básicas e educação. |
| 1963-65 | Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (Goulart/Celso Furtado) | Visava taxa elevada de crescimento, redução da inflação, melhor distribuição de renda e da desigualdade regional. Sobreviveu apenas até meados de 1963. |
| 1964-66 | Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) | Aparecem áreas como habitação, bem-estar social, política salarial e política tributária. |
| 1965 | Plano Decenal de Desenvolvimento | Formulado por grupos do EPEA/Ministério do Planejamento, não foi encampado pelo governo |

| | | |
|-----------------|---|--|
| | Econômico e Social (1967-76) | que assumiu em 1967. |
| 1968-70 | Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) (Costa e Silva/Hélio Beltrão) | Visava aceleração do desenvolvimento econômico, redução da inflação, progresso social e aumento do emprego. |
| 1970-71 | Metas e Bases para a Ação do Governo (Médici) | |
| 1972-74 | I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND) | Baseado no Decreto-Lei 200/67. |
| 1975-79 | II PND (Geisel-Figueiredo) | Visava crescimento do PIB, investimento bruto fixo, produção industrial e agrícola, emprego e exportações. Crise diminuiu sua chance de sucesso. |
| 1980-85 | III PND | País frente à crise internacional, menos eufórico. Governo atuou no curto prazo (“pacotes”) |
| 1986-89 | I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República | Maior ênfase no setor privado, desviando tentativa do governo de investir. Crise da dívida. Política de “feijão com arroz”. |
| 1986, fevereiro | Plano Cruzado | Congelamento de preços |
| 1986, outubro | Plano Cruzado II | |
| 1987, junho | Plano Bresser | |
| 1988 | Criação do Plano Plurianual (PPA) na Constituição Federal | |
| 1989 | Plano Verão | |
| 1990 | Plano Collor | Confisco das cadernetas de poupança |
| 1991 | Plano Collor II | |
| 1993 | Plano Real | |
| 1996-1999 | PPA Brasil em Ação (FHC I) | |

| | | |
|-----------|------------------------------|--|
| 2000-2003 | PPA Avança Brasil (FHC II) | |
| 2004-2007 | PPA Brasil de Todos (Lula I) | |
| 2008-2011 | PPA (Lula II) | |
| 2012-2015 | PPA (Dilma) | |

Esforços isolados de planejamento: SUDENE, Carvalho Pinto em São Paulo (1958-62),
Planejamento físico-territorial em alguns municípios.